

**Ocupação social e territorial na Amazônia: uma história de (re)existência das
Comunidades Extrativistas da RESEX do Cajari**

***Social and territorial occupation in the Amazon: a history of (re)existence of the Extractive
Communities of the Cajari RESEX***

Ana Karolina Lima Pedrada

Instituto Federal do Amapá. Macapá, AP, Brasil

Marília Gabriela Silva Lobato

Universidade Federal do Amapá. Macapá, AP, Brasil

Oriana Trindade de Almeida

Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, PA, Brasil

Salma dos Reis Pedro

Instituto Federal do Amapá. Macapá, AP, Brasil

Tiago Idelfonso e Silva Pedrada

Instituto Federal do Amapá. Macapá, AP, Brasil

GT07. Desenvolvimento Rural, territorial e regional

Resumo: Esta pesquisa propõe analisar a criação de cadeias curtas de comercialização para viabilização de práticas de economia solidária associadas à cadeia produtiva da castanha do Pará na Unidade de Conservação RESEX do Cajari, buscando compreender como essas ações podem contribuir para a soberania alimentar e melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais, a gestão do território e o desenvolvimento rural sustentável das comunidades extrativistas, além de fomentar a pesquisa científica na região Norte do país com a publicação dos resultados obtidos à comunidade. Utilizou-se como método revisão bibliográfica e documental, observações participante e entrevistas semiestruturadas. Como resultado, apesar de ser um território criado a partir de lutas sociais, ainda enfrentam problemas básicos, como acesso à água e energia. Também enfrentam dificuldades de comercialização de sua produção a preços justos por pressão da mercantilização da produção impositivada por grandes corporações presentes no território, dificultando assim a promoção de economias solidárias e da soberania alimentar. Por isso é emergente a construção de políticas públicas coletivas que possam promover o desenvolvimento rural sustentável no território.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; conhecimentos; economia solidária; Amazônia.

Abstract: This research proposes to analyze the creation of short supply chains to enable solidarity economy practices associated with the Brazil nut production chain in the Cajari Extractive Reserve (RESEX), seeking to understand how these actions can contribute to food sovereignty and improved quality of life for traditional communities, territorial management, and sustainable rural development of extractive communities, as well as fostering scientific research in the Northern region of the country through the publication of the results obtained to the community. The methodology used was bibliographic and documentary review, participant observation, and semi-structured interviews. As a result, despite being a territory created from social struggles, it still faces basic problems such as access to water and energy. It also faces difficulties in marketing its production at fair prices due to pressure from the commodification of production imposed by large corporations present in the territory, thus hindering the promotion of solidarity economies and food sovereignty. Therefore, the construction of collective public policies that can promote sustainable rural development in the territory is urgently needed.

Keywords: Traditional communities; knowledge; solidarity economy; Amazon.

1. Introdução

Desde o início da colonização, o modelo econômico implantado no Brasil foi sistematizado na propriedade instalada em extensas áreas, com concentração de terras, na especialização do trabalho voltado para o cultivo de monocultura de exportação, e no trabalho

escravo, levando a acreditar que a grande unidade de produção capitalista evoluiria, seria hegemônica com o capitalismo e que resolveria a crise alimentar no mundo (Azevedo e Santos, 2017; Silva, 2019). O desenvolvimento rural, proposto pela imposição da industrialização e modernização e vinculado ao mercado a partir de uma perspectiva antropocêntrica e etnocêntrica, resultou na mercantilização agrária e um processo progressivo de descampesinização, consequência da ruptura dos sistemas agrários tradicionais e da erosão das matrizes socioculturais em que estão inseridos (Sevilla-Guzmán e Montiel, 2012).

Num olhar mais humano, esta colonização europeia, junto do discurso de promoção do desenvolvimento rural, capturou não somente os recursos naturais da Amazônia, mas também um saber epistemológico associado a seus recursos. Isso tanto resultou do desaparecimento de recursos naturais, como de grupos sociais (extinção, genocídio, aculturação) e da perda das relações sociais que deles faziam uso e assim lhes atribuíam significado social (Silva, 2017; Silva e Simonian, 2015).

Acresce que, nas últimas décadas, a Amazônia foi caracterizada por um processo de desenvolvimento econômico, criando trajetórias de dependências sociais e econômicas, ancorado na exploração dos recursos naturais da região, na exclusão do homem do campo e seus saberes tradicionais com a transformação de florestas em pastos extensivos e campos agrícolas, na grilagem de terras e na violência rural, o que resultou num mosaico de áreas degradadas, esgotamento de recursos naturais e, mais uma vez, na perda de identidade cultural do povo local (Azevedo-Ramos, 2009a; Silva, 2017; Silva e Simonian, 2015).

Programas de colonização e industrialização na Amazônia, representam este processo de desenvolvimento, sob a narrativa de reduzir, simultaneamente, a pobreza social a partir da valorização econômica, formando uma compreensão de que a exploração se fará sustentável se, e somente se, submetida ou a regras empresariais de monopólio sobre os recursos ou as regras estatais de coordenação das ações interdependentes necessárias ao uso sistemático do recurso (Costa e Fernandes, 2016; Silva e Simonian, 2015; Simonian, 2007).

Sob esta perspectiva emerge o termo desenvolvimento rural sustentável, que mitiga a degradação dos recursos naturais, substituindo a abordagem reducionista e cartesiana da industrialização da agricultura por uma abordagem sistêmica e participativa, holística e interdisciplinar, considerando o sujeito (o pequeno produtor rural de base familiar) e o objeto (o meio ambiente) com uma interação de diálogo (Sevilla-Guzmán e Montiel, 2012). O termo é uma resposta ao crescimento da população, onde os países ricos desenvolveram formas de produção e consumo e o desperdício dos recursos naturais é uma consequência do consumismo



neles instalado, e uma resposta ao crescimento populacional dos países pobres, onde há uma maior concentração de populações tradicionais dispostas a se (re)produzirem de forma sustentável a partir de suas práticas agrícolas (Sevilla-Guzmán, 2005).

O desenvolvimento rural sustentável constitui, portanto, um verdadeiro desafio para uma civilização, sendo necessário, para isso, políticas públicas duráveis, pautadas em princípios éticos, que abordem temas como ecologia, uso do solo, consumo, infraestrutura e biodiversidade sobre o estilo de vida econômico e suas construções sociais. Este modelo de desenvolvimento alternativo deve necessariamente considerar a valoração da floresta, a conservação dos recursos naturais, o fortalecimento da diversidade cultural, a ênfase em educação, ciência e tecnologia e uma melhor distribuição de renda (Azevedo-Ramos, 2009b).

O processo de desenvolvimento rural sustentável, protagonizado pela diversidade social na Amazônia Oriental brasileira, surge desta realidade histórica a longo prazo e é herança de resistência dos processos coloniais por hora impositivos, na qual deu origem ao pequeno produtor rural local atual (Silva, 2017). A diversidade social na Amazônia vai além da biodiversidade na região e é resultado da necessidade de legitimação da existência de etnicidades no meio rural, quando no reconhecimento social do campesino e suas diferentes faces (extrativistas, caboclo, camponês, agricultor familiar, ribeirinho, povos da floresta, seringueiros, indígenas e quilombolas entre outros). São fruto de uma herança cultural indígena, europeia, nordestina e até mesmo africana, resultados de lutas e resistências contra a colonização de origem ocidental, que é controladora das bases legais e morais; e da heterogeneidade sociocultural nas classes oprimidas, portadoras de diferentes formas de conectividade latente vinculadas à terra, onde seus territórios são sua principal condição para reprodução social (Nahum e Ferreira, 2019; Sevilla-Guzmán e Molina, 2005).

No Amapá, sua origem, enquanto Território Federal, foi assentada em uma ideia institucional de desenvolvimento exógeno (leia-se exploração) desde o período colonial, na exploração do manganês a partir de uma tecnologia importada, nas Unidades de Conservação mediante a um elemento jurídico impositivo, no desenvolvimento da agricultura sem levar em consideração as características ambientais locais, dentre outros exemplos, identificadas pelo projeto de domínio e do uso do território. Mas a situação sempre permaneceu a mesma: exploração de recursos naturais discrepando com a falta infraestrutura básica e a população vivendo em extrema pobreza (Chagas et al., 2017a; Lobato, 2014a Lobato e Ferreira, 2020; Porto et al., 2009), e ainda que o sujeito seja inviabilizado, ainda se trata de um colonialismo disfarçado.

No estado do Amapá seus principais espaços extrativistas foram transformados, a partir da década de 1980, em áreas de uso especial, com o objetivo de garantir às populações locais os seus direitos de acesso à terra e aos recursos florestais, e como uma forma de evitar o desmatamento predatório da floresta amazônica, ou seja, uma forma de implantar o desenvolvimento rural sustentável na região. Tal fato se concretiza como resultado da forte pressão política advinda dos organismos internacionais, interessados na preservação da biodiversidade; das populações extrativistas tradicionais que precisam da floresta para sobreviver e dos diversos movimentos ecológicos preocupados com os efeitos dos desmatamentos sobre as mudanças climáticas globais (Filocreão, Silva e Lomba, 2020).

Neste contexto, as Unidades de Conservação foram construídas a fim de promover a inserção social, estimular o protagonismo comunitário e o uso sustentável da biodiversidade no estado do Amapá a partir do desenvolvimento rural sustentável limitam os territórios e os modos de vidas promovidos pelos povos e comunidades tradicionais, reduzindo esta sociedade a um plano cartesiano e produtivista com o financiamento das lógicas de desenvolvimento exógeno impositivados pelos países desenvolvidos, os quais impõem como se deve viver dentro de seus territórios.

Esta pesquisa propõe analisar a criação de cadeias curtas de comercialização para viabilização de práticas de economia solidária associadas à cadeia produtiva da castanha do Pará na Unidade de Conservação RESEX do Cajari, buscando compreender como essas ações podem contribuir para a soberania alimentar e melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais, a gestão do território e o desenvolvimento rural sustentável das comunidades extrativistas, além de fomentar a pesquisa científica na região Norte do país com a publicação dos resultados obtidos à comunidade.

3. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa social e aplicada, de análise qualitativa e objetivos metodológicos exploratórios e explicativos. Foi utilizado como método a análise histórico-estrutural, técnicas de investigação análises bibliográficas, documentais e aplicação de entrevistas flexíveis semiestruturadas. Também se utilizou dados produzidos em campo com um viés antropológico e interdisciplinar no contexto da produção de conhecimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

No que tange às análises documentais, foram explorados os dados do censo agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); dados da



Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); dados do Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMBIO); Decretos, Leis e dados referentes à produção extrativista e Reservas Extrativistas.

Foram entrevistados extrativistas da comunidade Água Branca do Cajari, presentes na área rural do município de Laranjal do Jari que exercem algum tipo de liderança no grupo. As entrevistas ocorreram durante o ano de 2025, principalmente entre os meses de safra da castanha do Pará (janeiro a maio), que é a principal fonte de renda do território. Trata-se de uma comunidade previamente identificada pelo ICMBIO promotora de práticas sustentáveis, consideradas como ativas no processo de desenvolvimento rural sustentável na região. Nestas entrevistas, para entender a formação histórica de movimentos sociais inseridos nesta comunidade, foram abordados temas como: natureza de motivação econômica, práticas produtivas, formas de organização social e participação em movimentos sociais, percepções sobre o território, mudanças econômicas, sociais e ecológicas provocadas por injustiças sociais ou esgotamento dos recursos naturais, além de promoção de tecnologias sociais de base sustentável que são (re)produzidas na comunidade, promoção de ações de preservação ambiental, acesso à assistência técnica para a promoção destas tecnologias e acesso a créditos rurais.

Antecipadamente e posteriormente às entrevistas com os agricultores das comunidades agrícolas extrativistas locais, foram feitas visitas para conhecimento de campo, identificação de lideranças e observação. Nestas visitas, as pesquisadoras usaram como técnica complementar a observação participante, com registro de notas de campo e participação em reuniões de associações. Previamente às entrevistas e às visitas de campo, a pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética e Pesquisa, para obtenção da anuência.

De posse dos dados levantados, foi feita uma análise e interpretação do conteúdo, lendo e transcrevendo integralmente as entrevistas, a fim de levantar os resultados e conclusões. Também foi feita uma avaliação da relação entre as variáveis estudadas, para obter respostas interativas entre os perfis social e econômico dos extrativistas, práticas sustentáveis utilizadas nas suas produções e possíveis movimentos sociais inseridos nas comunidades, agrupando e descrevendo os elementos categóricos, a fim de realizar uma revisão descritiva do conteúdo e de buscar obter os resultados pretendidos (Gil, 2008; Sampieri, Collado e Lucio, 2013).

4. Resultados

A formação social da região amazônica é resultado de um processo histórico e estrutural, por hora impositiva, provocada a partir da colonização europeia entre os nativos existentes e os povos colonizadores, posteriormente incluindo migrantes nordestinos e escravos africanos ao processo, dando origem a uma diversidade social na região (Costa, 2012; Nahum e Ferreira, 2019). Por este motivo, a classe do pequeno produtor rural na Amazônia não pode ser vista como homogênea, ela depende do tempo e do recorte espacial analisado, apresentando diferentes configurações de família, trabalho e produção, que não cabem em modelos preestabelecidos (Oliveira, 2018).

A dinâmica social do meio rural, no Brasil, e em particular na Amazônia, vai além do reconhecimento dos territórios, é uma dinâmica de luta pelo direito a vida, com níveis de qualidade de vida, de organização social de reorganização fundiária e de preservação socioambiental, pois a luta pela terra é uma luta pela vida (Sauer, 2005). Nesta diversidade, cada vez mais as comunidades tradicionais vêm mostrando aptidão para a gestão dos recursos naturais de modo a manter a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas a partir de seu conhecimento tradicional. Desta maneira, a capacidade da resistência camponesa está relacionada a critérios sociais que unem a satisfação individual com o bem-estar coletivo da comunidade (Sevilla-Guzmán e Montiel, 2012). São expressões de resistência e luta por emancipação e sustentabilidade, onde seus conhecimentos são promovidos e reproduzidos por milhares de pequenas produções rurais tradicionais, que resistem na maior parte das paisagens rurais dos países em desenvolvimento, promovendo produtividade e sustentabilidade de agroecossistemas otimizados e, desta maneira, formando a base da soberania alimentar (Altieri, 2010).

É nesse sentido que o reconhecimento do legado das populações nativas da Amazônia como um trabalho amazônico parece proveitoso: descartada a visão preconcebida de que a Amazônia foi encontrada pelos europeus como pura natureza e apreendido que a diversidade biológica da região tenha sido manejada intensamente pelos povos nativos, o passado técnico do homem na região tropical muda de condição (Silva, 2017). Acresce que, na década de 80, no período pós ditadura no Brasil, cresce a complexidade da problemática agrária em decorrência das mudanças verificadas no campo e novos movimentos sociais reivindicam seus direitos territoriais e culturais, denunciando os impactos ambientais sobre a floresta causados por projetos desenvolvimentistas por hora impositivos. Nesse momento, as demandas e movimentos sociais dos povos e comunidades tradicionais, especialmente na Amazônia, como povos indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, extrativistas, castanheiros e



quebradeiras de coco-babaçu, ganham força, onde uma pluralidade de identidades sociais adquiriu discurso político a partir de sua própria realidade (Rocha; Benatti; Oliveira, 2018).

Diante de toda esta estruturação voltada para os pequenos produtores rurais, é necessário reconhecer o produtor tradicional, dado o catálogo detalhado de conhecimentos sobre sua estrutura ou elementos da natureza, as relações estabelecidas entre eles, os processos ou dinâmicas e seu potencial utilitário (Toledo, 2005). A exigência desse conhecimento forçou a criação de políticas voltadas para as populações tradicionais e povos indígenas, através do Decreto nº 6.040 de 2007, onde foi legalizado a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), definindo estes como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

A PNPCT leva em consideração quatro importantes aspectos: o acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais; a infraestrutura; a inclusão social; e o fomento da produção sustentável (Rocha; Benatti; Oliveira, 2018b). Uma agenda aberta e em debate para visibilizar a existência e permanência destes povos em seus territórios, em uma perspectiva socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente sustentável (Ghizelini e Araguão, 2019).

Anteriormente, atos normativos já tratavam desse segmento social rural específico, mas sem a utilização de um termo comum, como a Portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Nº. 268 de 23 de outubro de 1996, que criou projetos de assentamento agroextrativistas ou ainda a Portaria Nº. 477/1999/INCRA, que criou os projetos de desenvolvimento sustentável com a legalização das terras que as populações extrativistas tradicionalmente habitam (Rocha; Benatti; Oliveira, 2018).

Também, no art. 3º, §2º da Lei nº. 11.326 de 2006, a qual estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, elenca os critérios para que silvicultores de florestas nativas, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais sejam considerados também agricultores familiares. Povos e comunidades tradicionais serão considerados agricultores familiares quando atenderem aos requisitos, que são: utilização de mão-de-obra predominantemente da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento; percentual mínimo da renda



familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento; e direção do estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Estas expressões são utilizadas para definir e caracterizar as comunidades rurais brasileiras, ou seja, grupos culturalmente diferenciados de sociedades hegemônicas e que possui uma relação social com o ambiente a partir de sua ancestralidade. Estes podem ser subdivididos pela dimensão étnica: indígenas e quilombolas; e pela dimensão socioambiental: atingidos de barragens, povos de produções econômicas, com o uso social do ambiente (agricultores familiares, camponeses, posseiros, pescadores artesanais, ribeirinhos, povos das águas, agroextrativistas, entre outros) (Pedrada, 2022).

Populações tradicionais seriam então aquelas que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, que são desenvolvidos ao longo de gerações e que se adaptaram às condições ecológicas locais, além de desempenharem um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

No plano da diversidade do campesinato amazônico, os povos e comunidades tradicionais desenvolveram suas próprias lógicas de relação com a terra e com o meio ambiente, fortemente influenciada pela cultura indígena. Cada expressão carrega uma razão de ser e uma história própria que influenciou a sua utilização, ora ligadas às lutas sociais desses atores, ora como criação institucional, como conceitos exógenos impostos para caracterizá-los (Rocha; Benatti; Oliveira, 2018).

Dentro deste universo, um conjunto de instrumentos foram criados e implementados e se concentram em questões ambientais associadas ao (não) uso da terra na Amazônia Oriental brasileira, que busca atender a uma necessidade existente na região: desenvolver-se rural sustentadamente. Pensando na preservação do ambiente de governança, baseado na lógica da gestão de recursos comuns, principalmente por parte dos produtores agroextrativistas, foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, previsto no Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, no qual foi lançado pela Presidência da República em 2013, voltado para as populações tradicionais e um dos objetivos é justamente promover pesquisas e projetos pautados na agroecologia objetivando a troca de saberes locais.

Apesar disso, ainda é preocupante o fato de as políticas públicas disponíveis ainda tenderem a desconsiderar o conhecimento tradicional, substituindo estes processos por processos obtidos por meio de análises técnicas e científicas pautados nas interpretações sobre a Amazônia (Niederle *et al.*, 2022, 2019; Sá e Silva, 2014). E apesar de todo o progresso nas políticas públicas em favor do desenvolvimento rural sustentável, legitimando os povos e

comunidades tradicionais no Brasil, este cenário vem se desmontando, provocado por um conflito de interesses políticos que estão se voltando, cada vez mais para o modelo de produção neoliberal: o agroimpério alimentar.

A pressão política exercida pelos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, que até então eram exploradas por um mercado patrimonialista, tinha como objetivo a propor o reconhecimento dos direitos territoriais e legitimação das áreas a partir da preservação da natureza aliada à manutenção do seu modo de vida, o que culminou na criação da Lei 9.985 de 2000, na qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definindo a natureza das Unidades de Conservação, suas categorias, criação, implantação e gestão do uso dos recursos naturais dentro de todas as Unidades de Conservação.

Unidades de conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000).

De acordo com a Lei Nº 9.985/2000, as Unidades de Conservação (UC) são subdivididas em dois grupos: UC de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Nacional; e UC de proteção integral: Estação Ecológica, Monumento Natural, Parque Nacional, Refúgio de vida silvestre e Reserva biológica (Brasil, 2000).

As Reservas Extrativistas (RESEX), fruto de movimentos sociais liderados por comunidades tradicionais na Amazônia, foram concebidas como instrumentos inovadores de proteção ambiental e reconhecimento dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais (Silva Júnior, Da *et al.*, 2023). De acordo com o Instituto de Conservação do Meio Ambiente (ICMBIO), órgão responsável pelo monitoramento e fiscalização das Reservas Extrativistas, define as RESEX como um território que tem o objetivo de proteger os meios de vida e a cultura das populações locais, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais. Sua posse é pública, sendo concedido seu uso às populações extrativistas tradicionais, conforme regulamentação específica.

Até março de 2026, o estado do Amapá possuía 20 Unidades de Conservação (UCs), nas diversas categorias de Proteção Integral e Uso Sustentável, previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Deste modo, dos 14,3 milhões de hectares que correspondem à área total do estado do Amapá, 9,3 milhões de hectares são contemplados por



Unidades de Conservação que somados aos 1,1 milhão de hectares de áreas de Terras Indígenas ocupam, aproximadamente, 73% do território em áreas protegidas (SEMA, 2025).

A Reserva Extrativista do Rio Cajari é uma unidade de conservação de uso sustentável localizada no Amapá, região da Amazônia, conta com uma área de 532.397,20 hectares e foi criada pelo Decreto nº 99.145 de 12 de março de 1990 com a narrativa de dar suporte para que os extrativistas presentes na pudessem se organizar de forma mais eficiente a negociar e vender os produtos extraídos. Sua área abrange os municípios de Laranjal do Jari (AP), Mazagão (AP) e Vitória do Jari (AP), e apesar de ter domínio público, seu uso é concedido às populações extrativistas tradicionais (MMA, 2025). De acordo com o ICMBIO, a reserva é responsável pela proteção e preservação da biodiversidade da região, bem como pela promoção do uso sustentável dos recursos naturais pelos extrativistas locais (ICMBIO, 2025).

Sua criação também foi uma resposta à pressão social que reivindicava a implementação de uma agenda ambiental internacional que também respeitasse o modo de vida dos povos tradicionais além conflito de disputa de terras existente na região (Medeiros, 2003), e apesar de ter sido institucionalizada em 1990, o Plano de Manejo da RESEX foi institucionalizado somente em maio de 2025, um documento necessário a toda Unidade de Conservação que detém atividades econômicas, mas que foi negligenciado ao longo dos anos.

A população residente na RESEX do Cajari é composta majoritariamente por comunidades tradicionais extrativistas, descendentes de migrantes nordestinos que chegaram à região durante os ciclos de exploração da borracha, entre o final do século XIX e início do século XX, além de ex seringueiros, caboclos e descendentes indígenas. De acordo com dados do ICMBIO (2018), a RESEX abriga aproximadamente 1.500 famílias, distribuídas em mais de 50 comunidades, muitas das quais localizadas às margens dos rios e igarapés.

O modo de vida dessas comunidades está pautado na relação direta com os recursos naturais, expressa em práticas tradicionais de extrativismo, agricultura de base agroecológica e pesca artesanal. O extrativismo da castanha do Pará é a atividade econômica mais relevante, complementada pela coleta de outros produtos florestais, como sementes diversas, além do cultivo de roças para produção de mandioca, frutas e hortaliças. A cadeia produtiva da castanha envolve atividades de coleta, transporte, armazenamento, beneficiamento artesanal e comercialização. Quase a totalidade da castanha coletada é vendida por atravessadores e representantes de grandes corporações que permeiam o local oferecendo preços que variam entre R\$ 90,0 e R\$ 200,0 pelo paneiro (cesto que os castanheiros utilizam no processo de coleta, que armazena cerca de 60kg de castanha). O restante da castanha coletada pelos extrativistas é

destinada à produção de seus derivados e trocas locais e comercializado em feiras regionais ou por meio de atravessadores. Estas feiras ocorrem de maneira precária, às margens da rodovia que corta o território e que pouco agrega valor social para a comunidade. Este cenário mostra que a comercialização, apesar de ocorrer de forma solidária com a comunidade, pouco promove a soberania e segurança alimentar desta comunidade tradicional.

A comercialização solidária envolve a atuação no mercado local, facilitando o contato entre produtores e consumidores, que atinge pessoas mais conscientes, dada sua contribuição social no momento da compra, na medida em que os consumidores acreditam no valor social (Nascimento *et al.*, 2018). Esta articulação permite formar redes de produção e consumo que fomentem a economia local, valorizando o trabalho e o produto interno, fazendo os recursos circularem por dentro das comunidades, onde há objetivos de superação da pobreza, fortalecimento da organização popular, restabelecimento de relações comunitárias de solidariedade e promoção da agroecologia e da economia solidária (Norder *et al.*, 2016; Perez-Cassarino, 2004). Porém, ainda é uma realidade muito distante para a RESEX do Cajari.

O extrativismo é complementado pela agricultura de base agroecológica, praticada em áreas de roçado, intensificado principalmente no período de entressafra da castanha do Pará, destacando a produção de mandioca e hortaliças folhosas. O acesso ao crédito rural e a programas de apoio governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é limitado, em razão de dificuldades burocráticas, logísticas e de infraestrutura enfrentada pela comunidade.

As comunidades mantêm formas de organização social baseadas em associações comunitárias e cooperativas, que desempenham papel fundamental na gestão dos recursos naturais e na articulação para acesso a políticas públicas e mercados. Destaca-se a atuação de organizações como a Associação dos Moradores e Produtores da RESEX do Cajari, que busca fortalecer a economia local, promover a educação ambiental e ampliar a participação social nos processos decisórios relacionados à unidade de conservação.

No entanto, apesar de a RESEX do Cajari ter sido criada com a narrativa de promover do desenvolvimento sustentável a partir da preservação dos saberes tradicionais dos seus povos, estes ainda convivem com a ausência de infraestrutura mínima para sua sobrevivência, tais como acesso à água, energia, internet, segurança alimentar e saneamento básico, além da ausência de mecanismos mínimos de gestão no seu território, como ausência de um mapa social participativo, infraestrutura de escoamento de produção e até mesmo acesso a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), pois não é novidade afirmar que a região Norte apresenta



baixos índices de acesso (falta de estradas), de eletricidade, de serviços de saúde, demonstrando a falta de investimentos em ações complementares às populações rurais e à reforma agrária (Chagas *et al.*, 2017b; Lobato, 2014b; Sauer, 2005).

Em termos de serviços públicos, a região apresenta fragilidades no acesso à saúde, educação, infraestrutura de transporte e comunicação, com deslocamentos majoritariamente realizados por meio fluvial, o que limita o escoamento da produção e o acesso a mercados consumidores (Porto, 2005; Silva Júnior, Da *et al.*, 2023). Em realidade, na RESEX do Cajari, o acesso à serviços básicos como água potável, energia e internet continuamente, ou ainda acesso aos serviços de segurança, saúde e educação ainda são pouco disponibilizados para as comunidades (Silva Júnior, Da *et al.*, 2023). Soma-se a isto o fato de que, mesmo depois de trinta anos da criação da RESEX por meio do Decreto Federal nº 99.145/1990, ainda é ausente o Plano de Manejo para a região, documento responsável pela regulamentação das atividades econômicas dentro da RESEX e possível transferência de tecnologias às comunidades tradicionais, impossibilitando a ampliação de práticas agrícolas e a exploração de outras áreas por parte das comunidades tradicionais, dificultando a implantação de novas alternativas econômicas no território.

Também, apesar de a RESEX do Cajari ser cortada pela rodovia federal BR-156, rodovia que conecta todo o estado do Amapá, podendo servir de acesso à ATER e escoamento da produção local, além do acesso ao mercado consumidor, a comunidade ainda convive com a ausência de órgãos quando na promoção de Assistência Técnica voltada para o extrativismo da castanha do Pará e para a agricultura de base sustentável, além da falta de infraestrutura para escoamento de sua produção. Por isso é imperativo a construção e fortalecimento de cadeias de produção e consumo solidárias na RESEX do Cajari.

Nos últimos anos, iniciativas voltadas à organização da produção e ao fortalecimento da economia solidária vêm sendo implementadas na RESEX, com apoio de instituições públicas e organizações não-governamentais. Essas iniciativas buscam agregar valor aos produtos locais, promover a agroindustrialização artesanal e ampliar a inserção dos extrativistas em mercados diferenciados, como os de produtos orgânicos e com certificação socioambiental (Melo; Oliveira, 2021).

Este cenário no território da RESEX do Cajari evidencia desafios relacionados ao ordenamento territorial, à gestão participativa e ao fortalecimento das economias locais, principalmente no que se refere à infraestrutura de coleta da castanha e produção dos derivados e quando no escoamento de sua produção. Por isso, estas práticas carecem de estudos

aprofundados que articulem suas dimensões produtivas, sociais e territoriais, contribuindo para o planejamento e a implementação de ferramentas de gestão adequadas à realidade local, promovendo o reconhecimento dos territórios de uso tradicional e para a valorização das atividades produtivas extrativistas.

Dada esta complexidade, é necessário dar importância às diferenças das formas produtivas, suas lógicas de funcionamento, bem como as condições para produzir e os desafios colocados para os pequenos produtores diante de suas perspectivas. Também é necessário a formação e inclusão de povos e comunidades tradicionais em mercados a fim de disponibilizar produtos saudáveis a preços justos para a sociedade local, promovendo assim a economia solidária, como também promover espaços de diálogos de discussão entre ATER e extrativistas para trocas de conhecimentos a fim de fortalecer a promoção da sociobiodiversidade na região.

Por isso é necessário estudar as dinâmicas sociais e econômicas existentes no território das comunidades tradicionais que vivem na RESEX do Cajari, reconhecendo seu papel quando na conservação da sociobiodiversidade e na promoção do desenvolvimento rural sustentável da Amazônia, mesmo diante das adversidades. Além disso, o fortalecimento das práticas de economia solidária vinculadas à produção e comercialização de castanha do Pará e derivados pode vir a ser uma alternativa para a promoção da segurança e soberania alimentar, reduzindo a vulnerabilidade socioeconômica e estimulando a autonomia das comunidades.

Por fim, percorrer alternativas que permitam o desenvolvimento sustentável na região é tarefa demasiadamente complexa que não pode deixar de ser debatida, ainda mais quando mudanças socioeconômicas verificadas nas últimas décadas apontem para a necessidade de intervenção em certos modelos econômicos adotados que já se demonstraram, isoladamente, insuficientes a garantir uma adequada condição de vida (Armelin, 2001).

5. Considerações finais

O processo de ocupação territorial da Amazônia é resultado de um processo de desenvolvimento impositivo, que reduziu a quase invisibilidade os povos e comunidades tradicionais que habitam no território. A RESEX do Cajari é um território de resistência que sobrevive em meio ao agroimperio alimentar. A RESEX é resultado da emancipação territorial dos extrativistas que vivem e convivem na área, promovendo práticas sustentáveis e territoriais. E apesar dessas potencialidades, a economia local ainda enfrenta desafios relacionados à falta de infraestrutura adequada, à dificuldade de acesso a mercados formais e à ausência de políticas



públicas integradas que contemplem as especificidades das populações extrativistas. O ambiente determina os recursos disponíveis para a economia, o modo de vida tradicional estrutura a organização social, a economia solidária surge como resposta aos desafios econômicos e sociais, a ausência de delimitação formal de territórios fragiliza a gestão e o acesso a direitos. O grande desafio que estes povos enfrentam é como defender seus territórios diante da racionalidade econômica dominada pelo oligopólio alimentar que mercantiliza as terras e os alimentos.

Referências

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, v. 13, n. 16, p. 22–32, 2010.

AZEVEDO, R. S.; SANTOS, A. F. P. R. DOS. Camponês e Agricultor Familiar: mesmos sujeitos? **Geografia**, v. 26, n. 2, p. 58–77, 2017.

AZEVEDO-RAMOS, C. Desenvolvimento Sustentável sob a ótica da floresta. **Cadernos do NAEA**, v. 4, p. 9–21, 2009.

BRASIL. Lei Nº9.985, DE 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Brasil, 18 jul. 2000.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de junho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. BRASIL Brasil, 2006.

_____. Decreto nº 6.040 de 7 fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais** BRASIL Brasil, 2007.

CHAGAS, M. A. A. *et al.* A articulação entre o complexo verde de Ab'Saber e o complexo urbano de Becker como desafio do desenvolvimento regional: Amapá como um caso amazônico. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, n. 32, p. 829–860, 2017.

COSTA, F. D. A. **Formação Rural Extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)**. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, F. D. A.; FERNANDES, D. A. Dinâmica agrária, instituições e governança territorial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, n. 3, p. 517–552, 2016.

FILOCREÃO, A. S. M.; SILVA, I. C. DA; LOMBA, R. M. Sustentabilidade dos sistemas agroextrativistas do sul do Amapá. **Espaço & Geografia**, v. 22, n. 2019, p. 521–554, abr. 2020.



GHIZELINI, A. A. M.; ARAGUÃO, L. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais - Revista de Ciências Sociais**, v. 1, n. 23, p. 90–111, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. v. 264

ICMBIO, I. C. M. DE C. DA B. **Reserva Extrativista do Rio Cajari**.

LOBATO, S. DA S. Federalização da fronteira: a criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 272–286, 2014a.

LOBATO, S. DA S.; FERREIRA, P. P. Educação e mundo do trabalho: diretrizes e ações educativas da Icomi no Amapá (1964-1967). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, 2020.

MMA, M. DO M. A. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**: RESEX Cajari. Brasília: .

NAHUM, J. S.; FERREIRA, D. DA S. Entre as margens dos rios e as marchas da história: espaço e sociedade ribeirinha na Amazônia. **PerCursos**, v. 20, n. 43, p. 39–65, 2019.

NASCIMENTO, D. V. DA C. *et al.* Quando o orgânico se torna “ rótulo ”: discussões críticas sobre consumo e Agroecologia a partir de um empreendimento de Economia Solidária. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 1–22, 2018.

NIEDERLE, P. *et al.* Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil. **Journal of Peasant Studies**, n. May, p. 1–24, 2022.

NIEDERLE, P. A. *et al.* A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 270–291, 2019.

NORDER, L. A. *et al.* Agroecologia. Polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 1–20, 2016.

OLIVEIRA, A. P. DA S. Reflexões acerca da manutenção do conceito de campesinato. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 14, n. 20, p. 15–36, 2018.

PEDRADA, A. K. L. **O agricultor familiar horticultor no Amapá e sua força impulsionadora no desenvolvimento agroecológico**. Tese Doutorado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2022.

PEREZ-CASSARINO, J. Agroecologia e mercados locais: o caminho através da economia solidária. *Em*: KUSTER, A.; MARTÍ, J. F. (Eds.). **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. 1. ed. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED, 2004. p. 236.

PORTO, J. L. R. Aspectos da ação do estado na fronteira amazônica: a experiência do Território Federal/Estado do Amapá. **Série Percepções do Amapá**, v. 2, p. 28 p., 2005.

PORTO, J. L. R. *et al.* Dilemas territoriais amapaenses: a (des)configuração de um estado em construção XII Encuentro de Geógrafos da América Latina. **Anais...Montevideu (Uruguai)**: 2009

ROCHA, A. L. S.; BENATTI, J. H.; OLIVEIRA, J. A. DE. Agricultores familiares e povos tradicionais: convergências e divergências nas definições jurídicas. *Em: FILHO, C. F. M. DE S. et al. (Eds.). . Indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais*. Curitiba, PR: CEPEDIS, 2018. p. 46–69.

SÁ, T. D. DE A.; SILVA, R. O. DA. Para além do interdisciplinar: a agroecologia como uma perspectiva transdisciplinar para a agricultura na Amazônia. *Em: VIEIRA, I. C. G.; TOLEDO, P. M. DE; JUNIOR, R. A. O. S. (Eds.). . Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 379–478.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. DEL P. **Metodologia da Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. *Em: BUAINAIN, A. M. et al. (Eds.). . Assentamentos em debate*. 1. ed. Brasília: MDA/NEAD, 2005. p. 58–79.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. *Em: AQUINO, A. M. DE; ASSIS, R. L. DE (Eds.). . Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Embrapa ed. Brasília: Independente, 2005. v. 1p. 1689–1699.

SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. DE. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SEVILLA-GUZMÁN, E.; MONTIEL, M. S. Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma. **Documentación Social**, p. 25–41, 2012.

SILVA, H. **Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira**. Tese Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, p. 163–175, 2015.

SILVA, J. S. Breve revisão ao conceito de campesinato no Brasil. **Revista Nera**, v. 22, n. 50, p. 40–63, 2019.

SILVA JÚNIOR, D. M. DA *et al.* A vida na comunidade do Marinho- RESEX do Rio Cajari-AP: a contribuição do estado na transformação e na inércia do modo de vida da população tradicional. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 9, p. 8527–8551, 12 set. 2023.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônidas. *Em: Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Luiz Eduar ed. Belém: NAEA/UNESCO, 2007.

TOLEDO, V. M. **La memoria tradicional: la importancia agroecológica de los saberes locales**. Leisa, v. 20, n. 4, p. 16–19, abr. 2005.